



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

**Relatório das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Estratégica e
Estatística no ano de 2019**

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência, em cumprimento ao que dispõe o inciso **XXXI do artigo 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar**, para encaminhar o relatório das atividades do Núcleo de Gestão Estratégica no período de janeiro a dezembro de 2017, a fim de ser apreciado e avaliado, bem como o **artigo 4º da Resolução CNJ nº 95 de 2009**.

SIGLAS

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

JMERS – Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul

NGE – Núcleo de Gestão Estratégica

SEGA – Sistema Eletrônico de Gerenciamento Administrativo

STM – Superior Tribunal Militar

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TJMMG – Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

TJMRS – Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

TJMSP – Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

1. COMPOSIÇÃO

O Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística, setor de assessoria à Presidência, é composto pelos servidores **Dionês Gabana de Souza**, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Bacharel em Administração e cursando Bacharelado em Direito (incluída em 20 de fevereiro de 2014) e exonerada em 08 de outubro de 2019, servidora função gratificada especial, responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica até a data de 08 de outubro de 2019, conforme Portaria nr 179/2018, e em 12 de novembro de 2019, Termo de adesão ao serviço voluntário na prestação de serviços técnicos de nível médio e superior junto ao núcleo de Gestão Estratégica até a data de 11/02/2020 até 11/02/2020, **Tiago Lopes Schiffner**, servidor efetivo, doutor em Letras (relocado no setor desde 05/03/2018), responsável pelo Escritório de Projetos, **Marlon Grandini Porte**, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Licenciado em Ciências da Matemática e Pós-graduado em Finanças e Estatística (incluído em 08 de junho de 2015), responsável pelo Setor de Estatística, e **Ricardo Rosa Soares Filho**, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Bacharel em Psicologia e Licenciado em História (relocado no setor desde 27/02/2018). Passou a responder como responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica em 15 de outubro de 2019, conforme portaria nr 133/TJMRS/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico – RS – Administrativa e Judicial, edição 6.609, página 6, 15 de outubro de 2019, revogando as Portarias nr 202/2015 e 156/2018.

A Lei Estadual nº 7487/1981 regula o quadro dos servidores efetivos do TJMRS, e a Lei Estadual nº 7315, de 17 de dezembro de 1979, regula os servidores de função gratificada e reconhecida pelos processos nº 9410-02-00/09-3 e 006719-020012-0 TCE.

E serviço voluntário conforme Resolução nº 292 do Conselho Nacional de Justiça, de 23 de agosto de 2019.

2. FINALIDADE

O Núcleo de Gestão Estratégica é orientado pelos dispositivos legais abaixo citados:

- 1) O Núcleo foi criado pela Resolução N.º **126 do TJMRS** em 27 de novembro de 2013, com a finalidade de fomentar o planejamento estratégico

e supervisionar, coordenar e orientar a sua execução, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional – tendo como base legal as Resoluções do CNJ abaixo descritas.

- 2) Em 21 de julho de 2014 ocorreram alterações por meio da Resolução N.º **139 do TJMRS**, publicada no DJE de 8/8/2014, que ao dispor sobre a criação do Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul instituiu suas competências, salientando que a partir de então o setor passou também a ser responsável pelas funções estatísticas da JMERS, com base nas resoluções do CNJ , e na Resolução do TJMRS N.º **131**, de 7 de março de 2014:
- 3) Resolução CNJ N° 49 de 18 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário relacionado no Art. 92 incisos II ao VII da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 4) Resolução CNJ N° 198 de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, que revogou a Resolução N° 70, de 18 de março de 2009, e Resolução CNJ N° 204 de 26/08/2015, revoga os §§ 4º e 5º do artigo 12 da Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.
- 5) Resolução CNJ N° 4, de 16 de agosto de 2005, que cria o Sistema de Estatística do Poder Judiciário e dá outras providências;
- 6) Resolução CNJ N° 76 de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências;
- 7) Resolução CNJ n° 221, de 10 de maio de 2016, institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.
- 8) E Portarias do CNJ:

- ✓ Portaria CNJ nº 114, de 6 de setembro de 2016 - Estabelece as diretrizes do processo participativo na formulação das metas nacionais do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ 221, de 10 de maio de 2016.
 - ✓ Portaria CNJ nº 138, de 23 de agosto de 2013 - Institui a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. é composta por: Comitê Gestor Nacional, Comitês Gestores dos Segmentos de Justiça e Subcomitês Gestores
 - ✓ Portaria CNJ nº 167, de 15 de dezembro de 2015 - Institui o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015-2020.
- 9) RESOLUÇÃO do TJMRS N.º 149, de 20 de agosto de 2015. Aprova o Planejamento Estratégico da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul para o período de 2015 a 2020, ficando revogada a Resolução N.º 71, do TJMRS, de 15 de dezembro de 2009, e demais disposições em contrário; e PORTARIA N.º 15/2015 que designou, sob a presidência do Dr. Fábio Duarte Fernandes, os membros que elaboraram, implementaram e monitoram o Planejamento Estratégico da JMERS para o sexênio 2015-2020, estratégia judiciária 2020, em alinhamento ao Plano Estratégico Nacional do CNJ.
- 10) PORTARIA N.º 179/2018 revoga a Portaria 202/2015. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 241, inciso XIV, da Lei N.º 7.356, de 1º/2/1980, artigo 9.º, incisos XXXIII e XXXIV, do Regimento Interno desta Corte e o que consta nas **Resoluções N.º 198/2014 e 204/2015, 49/2007, 76/2009 e 04/2005 do CNJ** e nas Resoluções N.º 149/2015, 139/2014, 131/2014 e 126/2013 desta Corte, que estabelecem a composição e a competência do Núcleo de Gestão Estratégica no âmbito da Justiça Militar do Estado, DESIGNA: a servidora DIONÊS GABANA DE SOUZA, como responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica, o servidor TIAGO LOPES SCHIFFNER, como responsável Escritório de Projetos, e o servidor MARLON GRANDINI PORTE, como servidor responsável pelo Setor de Estatística.
- 11) PORTARIA N.º 133/2019 (15 de outubro de 2019) revoga a Portaria 202/2015 e 156/2018. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 241, inciso XIV, da Lei N.º 7.356, de 1º/2/1980, artigo 9.º, incisos XXXIII e XXXIV, do Regimento Interno desta Corte e o que consta nas **Resoluções N.º 198/2014 e 204/2015, 49/2007, 76/2009 e 04/2005 do CNJ** e nas Resoluções N.º 149/2015,

139/2014, 131/2014 e 126/2013 desta Corte, que estabelecem a composição e a competência do Núcleo de Gestão Estratégica no âmbito da Justiça Militar do Estado, DESIGNA: a servidor RICARDO DA ROSA SOARES FILHO, como responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica, o servidor TIAGO LOPES SCHIFFNER, como responsável Escritório de Projetos, e o servidor MARLON GRANDINI PORTE, como servidor responsável pelo Setor de Estatística.

- 12) **PORTARIA DA PRESIDÊNCIA N.º 06/2015.** Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dos setores de Estatística e Escritório de Projetos que lhe são vinculados, alterada pela PORTARIA n.º 178/2018 que altera a redação do artigo 12, inciso I da Portaria da Presidência n.º 06/2015/TJMRS .
- 13) **RESOLUÇÃO N.º 143/2014.** O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR, de acordo com o que consta na Resolução N.º 76, de 12/5/2009, do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução N.º 139, de 21/7/2014, do TJMRS, dispõe sobre os dados estatísticos da JMERS, que serão anualmente compilados pelo CNJ no relatório do Justiça em Números (providenciando no exaurimento em parte).
- 14) **RESOLUÇÃO N.º 133, DE 2 DE ABRIL DE 2014.** Regula a aplicação da Meta Específica de 2014 – segmento Justiça Militar –, referente ao prazo de julgamento de processos originários e recursos cíveis, criminais e de natureza especial, nos Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado (providenciando no exaurimento).
- 15) **RESOLUÇÃO N.º 131, DE 07 DE MARÇO DE 2014.** Dispõe sobre a criação do Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado;
- 16) **RESOLUÇÃO TJMRS N.º 201, de 6 de junho de 2018,** que dispõe acerca da extração analítica dos dados para o Selo Justiça em número anual.

Considerando a complexidade das atribuições, o Núcleo busca integrar e organizar o setor conforme a legislação, a doutrina, a estrutura física e material e os recursos humanos disponíveis, de forma a se estabelecer para melhor desempenhar as funções a ele atribuídas.

2. DESENVOLVIMENTO

Para melhor explanação das atividades desenvolvidas, dividimos em três subitens, em relação aos documentos produzidos: Gestão Estratégica, Escritório de Projetos e Setor de Estatística, sendo que em alguns momentos a Gestão Estratégica se une nos dados com a estatística, as duas se complementam, e outros dados trabalhados no setor.

E o acompanhamento e controle dos procedimentos e sistemas do CNJ. Resultados das metas nacionais se encontram nos anexos.

Seguimos a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015–2020, formulada com a contribuição de magistrados e servidores e instituída pela [Resolução n. 198/2014, de 1º de julho de 2014](#), reflete premissas importantes para o processo estratégico de todo o Poder Judiciário. A qual tem como seus componentes:

Missão do Poder Judiciário – Realizar Justiça.

Visão do Poder Judiciário – Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

E atributos de valor para a sociedade: Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Transparência e Controle Social, Responsabilidade Social e Ambiental, Imparcialidade, Ética, Probidade.

E os [Macrodesafios do Poder Judiciário](#): Efetividade na prestação jurisdicional; Garantia dos direitos de cidadania; Combate à corrupção e à improbidade administrativa; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Adoção de soluções alternativas de conflito; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas; Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Melhoria da Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Gestão de Custos; Instituição da Governança Judiciária; Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI.

De acordo com o art. 12 da Resolução CNJ n. 198/2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é responsável pela coordenação dos encontros nacionais anuais do Judiciário, com o objetivo de avaliar a estratégia nacional; divulgar e premiar o desempenho de tribunais, unidades e servidores no cumprimento das Metas Nacionais (MN); aprovar metas nacionais, diretrizes e iniciativas estratégicas para o biênio subsequente; e ajustar, quando necessário, as metas nacionais, as diretrizes e as iniciativas estratégicas previamente aprovadas no encontro do ano anterior.

No ano de 2019 foi iniciado o trabalho da revisão da estratégia para os anos de 2021-2026, com base nos ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas – Agenda 2030.

A partir de 2020 o responsável pela Governança colaborativa do Segmento Militar Estadual será o TJMMJ – Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, sendo eleito o Exmo. Juiz Osmar Duarte Marcelino. Tendo como seu assessor o Sr. Frederico telefone 31-30451312, e-mail frederico@tjmmj.jus.br ou secespecial@tjmmg.jus.br

2.1 Gestão Estratégica

Mês	Descrição atividades desenvolvidas
Janeiro	30 jan2019 – revisão das Metas relativas a 2018 – sistema CNJ
Fevereiro	05fev2019 – Reunião Presidente Estudos Continuados e Resolução CNJ Transparência 07Fev2019 – consulta pública Portaria Selo JN/ CNJ – inicio 13fev2019 – reunião sobre selo justiça em n[úmeros 2019
Março	14 de março de 2019 – termino da consulta pública CNJ/ documento segmento TPU nova competência Foi alterado a Produtividade de julho a dez 2018 conforme consulta ao CNJ sobre os IPMs Tratados assuntos sobre estratégia nacional e TPUS – segmento militar estadual
Abril	2abr2019 -Retificação Metas 2018 10abr2019 – reunião Direção Geral e TIC (SEI)
Maio	22maio2019 – encaminhamento CNJ questionário estratégia nacional 17maio2019 – encaminhamento das Metas Especificas TJMSP 24maio2019 – reunião Aline Prêmio Qualidade e após Diego transparência 29 de maio de 2019 – 1º Reunião Preparatória Poder Judiciário
Junho	27junho2019 – envio Metas Nacionais do Poder Judiciário de janeiro a maio2019
Julho	26jul2019 – 11 horas videoconferência com TJMSP revisão da estratégia
Agosto	07ago2019 – finalização questionários Resolução221/CNJ e confecção do Relatório parcial 08ago2019 – videoconferência com TMJSP e segmento militar - revisão da estratégia poder judiciário 21ago2019 – apresentação aos juízes dos dados estatísticos produtividade
Setembro	1 a 10set2019 – envio documentos comprobatórios Prêmio Qualidade CNJ 2019 e verificação da replicação nacional dados analíticos XML 3set2019 – Reunião Aline Prêmio Qualidade – confecção Ofícios 18set2019 – envio metas especificas segmento militar
Outubro	Coordenação do servidor Ricardo conforme Portaria 133/2019/TJMRS
Novembro	Coordenação do servidor Ricardo conforme Portaria 133/2019/TJMRS
Dezembro	Coordenação do servidor Ricardo conforme Portaria 133/2019/TJMRS

Mensalmente	Efetividade NGE (dia 5), verificação dados Selo JN sistema SEGA (dia 10), Produtividade – dia 11 -Dados recebidos das Auditorias Militares, Coordenadoria Administrativa e Corregedoria-Geral, Produtividade Mensal/ encaminhamento ao CNJ (dia 20), PLS(dia 30), Metas
-------------	---

	Nacionais(cfe. Calendário CNJ) e envio de dados analíticos pela TIC de 25 a 30 de cada mês.
Quadrimestralmente	Metas Especificas do Segmento Militar (janeiro/2018, maio/2018, setembro/2018 e janeiro/2019)
Semestralmente	Justiça em Números (agosto, fevereiro)

Em 2019 o Poder Judiciário começou a reformulação do Planejamento Estratégico Nacional para os próximos 6 anos. Chamado de Revisão da Estratégia 2021-2026, Foi feito uma consulta pública pelo CNJ no período 23/09 a 06/10/2019, sobre as propostas do CNJ sobre os macrodesafios.

Os Macrodesafios do Poder Judiciário assinalam grandes temas, ou mesmo problemas-chave, que serão objeto de atuação sistêmica dos tribunais e conselhos de justiça para aprimoramento dos serviços judiciais. Desse modo, o estabelecimento de macrodesafios deve considerar tanto os fatores internos à administração, como a gestão financeira, os processos de trabalho e de desenvolvimento organizacional, quanto os fatores diretamente relacionados à prestação de serviços à sociedade, por exemplo, o acesso à justiça, a celeridade e a solução de conflitos.

A elaboração do Planejamento Estratégico Nacional está sendo realizada de forma colaborativa, resultado de reuniões com a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que envolve representantes de todos os conselhos e tribunais brasileiros.

Atividades de 2019 da revisão da estratégia do Poder Judiciário Nacional.

		2019											
ATIVIDADES MACRO		Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
1	Publicação de Portaria sobre a regulamentação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;	■											
2	Diagnóstico da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – 2015-2020 aos tribunais e consolidação dos resultados - Questionário;		■	■									
3	Consolidação das respostas apresentadas questionário de Diagnóstico da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – 2015-2020 ;			■	■								
4	Realização da 1ª reunião com o Comitê Gestor Nacional (Apresentação parcial do resultado do questionário e Debate sobre o processo de formulação da Estratégia para o próximo ciclo)			■									
5	Realização da 2ª reunião com o Comitê Gestor Nacional				■								
6	Realização da 3ª reunião com o Comitê Gestor Nacional					■							
7	Realização de oficinas para definição dos Macrodesafios - Comitê Gestor dos Segmentos;						■						
8	Apresentação dos macrodesafios aos presidentes dos conselhos e tribunais							■					
9	Consulta pública sobre os macrodesafios e sobre as expectativas futuras para o Poder Judiciário;								■	■			
10	Realização da 4ª reunião com o Comitê Gestor Nacional										■		
11	Especificação dos Macrodesafios;											■	
12	Aprovação dos Macrodesafios e do Mapa Estratégico do Poder Judiciário – XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário;											■	

Calendário para 2020 da revisão da estratégia.

		2020							
ATIVIDADES MACRO		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	
13	Elaboração de desdobramento dos Macrodesafios para a Estratégia Nacional 2021-2026;								
14	Obtenção de sugestões sobre o desdobramento dos Macrodesafios para a Estratégia Nacional 2021-2026;								
15	Consolidação dos dados sobre o Plano Estratégico do Poder Judiciário;								
16	Elaboração de minuta de Resolução contendo o Plano Estratégico do Poder Judiciário para o próximo ciclo;								
17	Realização da 5ª Reunião do Comitê Gestor Nacional								
18	Aprovação e Publicação de Resolução contendo o Plano Estratégico do Poder Judiciário								



Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Missão – realizar justiça

Visão – Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país

Macrodesafios – SOCIEDADE

- garantia dos direitos fundamentais.
- fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade.

Macrodesafios – PROCESSOS INTERNOS

- agilidade de produtividade na prestação jurisdicional.
- enfrentamento a corrupção, a improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.
- previsão de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.
- consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.
- promoção da sustentabilidade.
- aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal.
- aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

Macrodesafios - APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Aperfeiçoamento da gestão das pessoas.
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.
- Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e proteção de dados.

2.2. Escritório de Projetos

É regulamentado pela Resolução N.º 131, de 7 de março de 2014, que dispõe sobre a criação do Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado, e Portaria N.º 60/2014, de 18 de março de 2014, disponibilizado no DJE de 13/03/2014, onde designa a Coordenadora dos Serviços Administrativos Bel. Margarte Simon, e as servidores *Simone Maria Picoral Dal Molin (deve ser substituída pediu exoneração)* e Dionês Gabana de Souza, para comporem o Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Resolução do TJM nº 131/2014.

Somente foram trabalhadas junto ao Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020 propostas de projetos, até o momento nenhum foi implementado, mesmo previsto no Planejamento, existia a expectativa de em 2016 começar a colocar em prática e regular o escritório de projetos, mas devido à demanda de serviço do setor não foi possível trabalhar neste sentido.

O único projeto trabalhado até é o descrito abaixo:

	Descrição
	Programa de Plano de Logística Sustentável 2016-2020 JMERS

Havíamos proposto trabalhar uma palestra de Gestão de riscos e Mapeamento de processos e outra sobre escritório de projetos, através das portarias nº 06/2019 e

19/2019, mas não foi possível a realização, seria executado pelo NGE e o Contador Diego do TJMRS.

Em 2018 a presidência do TJMRS propôs ao CNJ (Departamento de Pesquisas Judiciárias), assunto este deliberado em várias reuniões do segmento militar estadual, através do Ofício nº 1102/2018/Gab-Pres para a inclusão ou criação de um segmento no Justiça em Números denominado “Justiça em Números Estadual”, com entendimento que em todos os Estados brasileiros possuem um vara que trata de crimes militares em 1º grau de jurisdição, e como somente possuímos Tribunais instalados em três Estados, ou seja, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, no 1º grau não temos uma extração de dados que espelhe realmente o que ocorre nos Estados relativos aos crimes praticados por militares estaduais.

E consequência o CNJ respondeu através do malote digital Ofício nº 0508921-SG, datado de 14 de agosto de 2018, que *“no relatório Justiça em Números, os dados informados pelos tribunais já são organizados e apresentados com base nos TJMs do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, com informações detalhadas por grau de jurisdição, e, portanto, referente às suas auditorias militares estaduais.”* E que *“no painel do Módulo de Produtividade, é possível verificar, as informações das auditorias militares dos tribunais de justiça. Para tanto, no painel, basta escolher, no segmento da Justiça Estadual, a competência “Auditoria Militar”(..)” e que “(..)o Tribunal pode acessar os painéis no linck: <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis> , onde encontra-se também um manual para melhor orientar a navegação dos usuários.”*

Bem foi feito uma pesquisa existem tribunais que constam auditorias militares, mas nem todos tem esta denominação, não sabendo qual vara e responsável e se os dados estão fundidos com outros processos.

2.3 Estatística

Mês	Descrição
Fevereiro	28fev2019 – envio dados JN ano base 2018
Março	13mar2019 e 15mar2019- minuta selo resposta e PPA – plano plurianual SISPLAG 14mar2019 – termino consulta CNJ sobre o Selo JN e resposta ao CNJ sobre obras em andamento 29mar2019 – envio dados TLP res 219/CNJ
Abril	15abr2019 – encerramento de retificações do JN 2018 21abr2019 – reunião servidora Aline sobre selo

julho	02jul2019 – encaminhamento via e-mail dados estatísticos Deputado Erik Temis – telefone 32101688
Agosto	1 e 2 agos2019 – participação no III Workshop de Estatística do Poder Judiciário (R para ciência de dados: um curso introdutório, gestão de tabelas processuais unificadas e parametrização com justiça em números, painéis do CNJ, replicação nacional, prêmio CNJ de Qualidade) 30ago2019 – encaminhamento Justiça em Números 1º semestre 2019
Setembro	04set2019 – apresentação JN para o Pleno e resultado as 2º reunião CNJ 27set2019 – encaminhamento da TLP a Direção-Geral
Outubro	15set2019 – término retificação Justiça em Números 1º semestre 2019

Mensalmente	Dados do sistema PLS participação nas reuniões do GISA
Anualmente	Relatório PLS
Semestralmente	Tabela de Lotação de Pessoal, SISPLAG (orçamento)

Tabelas Produtividade Mensal em Anexo relativo ao ano de 2019 – Resolução 76/CNJ/ Anexo II – relatório em anexo

2.3.1 Sistemas alimentados pelo NGE e Estatística e Painéis CNJ

Sistema	Sigla	Perfil
Estatística da Conciliação	SISEC	TRI- Tribunal
Justiça em Números	JUSNUM	Representante do tribunal
Mediação Digital 2.0	Medig2	Consultivo
Metas Nacionais do Poder Judiciário	MNAC-NEW	Operador Autorizado
Metas Nacionais do Poder Judiciário (2009 a 2013)	MNAC-OLD	Gestor estratégico
Módulo de Produtividade Mensal	MODULOXML	Acesso ao sistema
Sistema de Controle de Acesso	SCA	Administrador Regional
PLS – Plano de Logística Sustentável		Operador autorizado
Sistema de Questionário do CNJ	SQCNJ	Saúde
Selo Justiça em Números		
SISPLAN – Orçamento do Estado		

Além desses sistemas tínhamos acesso aos consultas integradas- CSI-SSP, convênio com a Secretaria de Segurança Pública- RS, nível consulta, até outubro de 2019, através da senha da servidora Dionês Gabana de Souza.

Obs: Os Sistemas serão explicados no Anexo I deste Relatório, e o relatório do PLS – Plano de Logística Sustentável no Anexo II deste relatório.

O Conselho Nacional de Justiça possui um portfólio de soluções Tecnologia da Informação e Comunicação que reflete a realidade das demandas sobre a área de Tecnologia da Informação a qual operacionalizou soluções ao negócio através de vários sistemas, onde alguns o NGE é responsável pela alimentação de dados.

Abaixo quadro com os sistemas atuais no ano de 2019 do CNJ:

Sistemas CNJ

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Autenticar certidão de Improbidade administrativa Consultar Processos: Retorna os processos cadastrados no sistema, detalhando as informações referente ao mesmo Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações
Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes – CEDIN (Resolução 115)	Emissão da Certidão
Sistemas de Pesquisas Patrimoniais	BACENJUD (NCI) CCS-BACEN INFOJUD INFOSEG RENAJUD SerasaJud SREI
Comitê Gestor de Cadastros Nacionais (CGCN)	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)
Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário	Acesso ao Questionário de Governança de TI (2008/2009) Acesso ao Questionário de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2011 Acesso ao Questionário de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2012 Acesso ao Questionário de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2013 Solução de Business Intelligence – (BI) do CNJ – CONSULTAS PÚBLICAS Repositório Nacional de Projetos de Software e Versionamento de Arquivos do – Git.jus
Corregedoria	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Justiça Aberta (Área restrita ao Sistema de autenticação da Corregedoria) Justiça Plena (Sistema de Controle de Processos de Relevância Social) Metas de Nivelamento das Corregedorias – 2013 Sistema Casas de Justiça e Cidadania Sistema de Estatísticas da Conciliação Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) Sistema Nacional de Interceptação Telefônica Suspensão PJE - Corregedoria
DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas	Cadastro Nacional de Presos – BNMP 2.0 (Drª Juiza Titular Eliane e servidor Marlon e autorizados Auditorias Militares) Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAEL) Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes Calculadora de Prescrição de Pretensão Executória Calculadora de Prescrição de Pretensão Punitiva

	<p>Geopresídios</p> <p>Justiça ao Jovem</p> <p>Portal de Oportunidades (Começar de Novo)</p> <p>Relatório Geral – Mutirão Carcerário</p> <p>Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU)</p> <p>Sistema Mutirão Carcerário</p>
DPJ – Departamento de Pesquisas Judiciárias	<p>Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR)</p> <p>Cadastro Nacional de Entes Públicos (CNEP)</p> <p>Justiça em Números</p>
DGE – Departamento de Gestão Estratégica	<p>Metas Nacionais</p> <p>Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário</p>
Resolução 114 – Inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	<p>Planilha de Informação de Penalidades Aplicadas</p>
Resoluções	<p>Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução 137)</p> <p>Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (Resolução 115)</p> <p>Malote Digital (Resolução 100)</p> <p>Resolução 88 SIAFI-JUD (Resolução 102)</p> <p>Sistema de Gestão de Precatórios (Resolução 115)</p> <p>Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas (Resolução 46)</p>
Secretaria de Auditoria	<p>Sistema Auditar (NCI)</p>
Sistema Eletrônico de Apostilamento	<p>SEI – Sistema SEI Apostila</p>
Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	<p>SEI – Acesso e cadastro para usuários externos</p> <p>SEI – Conferência de Autenticidade de Documentos</p>
SEI – Conferência de Autenticidade de Documentos Sistemas Processuais & Diário de Justiça	<p>Diário de Justiça Eletrônico (DJE)</p> <p>Escritório Digital</p> <p>Jurisprudência (INFOJURIS)</p> <p>Mediação Digital</p> <p>Processo Judicial Eletrônico (PJe)</p> <p>SI-CNJ – Sistema de processos físicos</p> <p>Sistema de Gravação de Audiência</p> <p>Sistema de Processo Eletrônico (E-CNJ)</p> <p>Sistema de Processo Eletrônico do DMF (E-CNJ ADM)}</p> <p>Sistema Nacional de Videoconferência</p>
Webmail	<p>Correio Eletrônico</p>
Webservice	<p>API CNJ – Automatizando o Judiciário</p>
Questionários de Crime de Lavagem de Dinheiro e Crimes de Corrupção e Ações de Improbidade Administrativa (dados de 2010)	<p>Acesse o Sistema Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)</p> <p>Justiça Estadual – Planilha para preenchimento sobre Crimes de Corrupção e Ações de Improbidade Administrativa</p> <p>Justiça Estadual – Planilha para preenchimento sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro</p> <p>Justiça Federal – Planilha para preenchimento sobre Crimes de Corrupção e Ações de Improbidade Administrativa</p> <p>Justiça Federal – Planilha para preenchimento sobre Crimes</p>

	de Lavagem de Dinheiro Superior Tribunal de Justiça – Planilha para preenchimento sobre Crimes de Corrupção e Ações de Improbidade Administrativa Superior Tribunal de Justiça – Planilha para preenchimento sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro
Questionário sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro, Crimes de Corrupção, Ações de Improbidade Administrativa e Ações Penais Originárias dos Tribunais (dados de 2012)	Planilha Consolidada dos dados de 2012 Planilha para preenchimento sobre as varas especializadas em crimes de lavagem de dinheiro Planilha para preenchimento sobre Crimes de Corrupção, lavagem de dinheiro e Ações de Improbidade Administrativa
Questionário Sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro, Crimes de Corrupção, Ações de Improbidade Administrativa e Ações Penais Originárias dos Tribunais (dados de 2011)	Justiça Estadual – Planilha Consolidada da Justiça Estadual Justiça Federal – Planilha Consolidada da Justiça Federal

3. CAPACITAÇÃO E CURSOS

Mês	Servidores	Descrição
Junho	Dionês	Curso de nivelamento EAD/CEAJUD/CNJ
Agosto	Marlon, Ricardo e Tiago	16ago2019 -Termino cursos em EAD/CEAJUD/CNJ conforme Ordem de Serviço- nivelamento dos servidores
Setembro		30set2019 – termino prorrogação curso nivelamento CNJ
Outubro	Tiago	16out2019 -Treinamento de prevenção e combate a incêndio realizado na academia dos Bombeiros – certificado nº 1085

4. WORKSHOPS, OFICINAS, GRUPOS DE TRABALHO (PORTARIAS) E OUTROS

Mês	Servidores	Descrição
Fevereiro	Dionês, Marlon, Ricardo e Tiago	06fev2019 -Evento Entrega medalha ao Governador do RS 13fev2019 - Homenagem pos-mortem Juiz Aldo Ladeira Ribeiro, ordem serviço 002/2019
Março	Dionês, Marlon	Homenagem MINISTRO TOFOLI CNJ -11mar2019 13mar2019 – almoço despedida bosi
Abril	Dionês, Marlon, Ricardo e Tiago	03abr2019 – Entrega Medalha Cel Trindade 04abr2019 - almoço TJMRS
Julho	Dionês	Assembleia Legislativa TJMRS - manhã
Agosto	Ricardo, Marlon e Dionês	6ago2019- palestra na OAB - noite

Setembro	Ricardo e Marlon	20ago2019 – Desfile TJMRS 20Set2019
----------	------------------	-------------------------------------

5. Reuniões que o NGE participou e Comissões não permanentes.

Mês	Descrição
Janeiro	17jan2019 – Reunião 16 horas desburocratização (Dionês, Diego e Larrossa)
Fevereiro	13fev2019 – reunião minuta Selo JN/CNJ 2019

Resoluções – Comissões – ações e reuniões 2019

Resoluções	Reuniões em 2019 e observações
Resoluções CNJ nº 46/2007, 65/2008, e pelas Portarias nº 135/2010, 119/2018, e nº 24/2019 Tabelas Unificadas processuais do Poder Judiciário	Ofício- circular nº 628/GP/2019 CNJ de 6 de julho de 2019 – Comitê gestor das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e numeração única. 25 e 26 julho de 2019 – reunião com o segmento militar para definir planilha de sugestões
Resolução 192/CNJ Resoluções TJMRS 113/2013, 173/2017, 216/2018, antes era tema da Comissão Permanente de Eficiência Operacional, agora Escola Judiciária TJMRS	28junho2019 – Café com Inteligência 26ago2019 – reunião da Análise da Estratégia - escola judiciária formação 13set2019 – Café com Inteligência
Resolução 194/CNJ/2014 Política de priorização do 1º Grau -portaria nº 060/2016/TJMRS política de priorização do 1º grau	07abr2019 - Resolução nº 225/TJMRS/2018 ordenadores de despesa e resolução nº 40/TJMRS/2006 pagamento de custas nos processos cíveis 12ago2019 – reunião comitê política de priorização 1º grau Art 4º - Inciso I – fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculadas à Política (..) V – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados.
Resolução 195/CNJ/2014 distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e Resolução 267/CNJ/2018 (nova redação artigo 4º) - portaria da presidência nº 05/2015/TJMRS – comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário	05abr2019 – reunião PPA -FGE18abr2019 – reunião PPA comitê orçamentário 22abr2019 - reunião PPA 07maio2019 – reunião PPA 13maio2019 – investimentos, estimativas e planejamento PPA 31maio2019 – manha reunião sobre PPA no TJMRS e curso tarde SESPLAG – curso PPA 2020-2023 18jun2019 – reunião PPA – TJMRS 21junho2019 – reunião PPA – Dilnei, Diego Marlon e Dionês 02jul2019 – encaminhamento projetos/programas PPA 12ago2019 – Reunião Comitê Regional e Comitê orçamentário Todos os anos o CNJ solicita através de ofício circular a presidência dados sobre a Resolução CNJ 195/2014 – relatório sobre as atividades realizadas com documentos relacionados à atuação do comitê. Artigo 3º - (..) III – alinhamento ao plano estratégico, na forma prevista(..)IV previsões do plano estratégico de TIC, V – prioridades estabelecidas no Plano

	<p>de obras</p> <p>Res 267/CNJ/2018 – artigo 4º - devem ser disponibilizados no sítio eletrônico do tribunal, área “transparência”, e mantidas pelo período de 5 anos: (..) parágrafo único – (..) até trinta dias depois do início do trâmite do projeto de lei orçamentária no Poder Legislativo e até trinta dias depois da publicação da lei orçamentária (..)</p> <p>Artigo 5º - governança colaborativa do orçamento – constituição dos comitê orçamentários.</p> <p>Artigo 8º - sem prejuízo da publicação exigida pela resolução CNJ nº 102/2009(..)execução orçamentária.</p> <p>Artigo 9º - sem prejuízo da publicação exigida pela resolução CNJ nº 102/2009, publicar em seu sítio eletrônico na Internet, até 31 de janeiro de cada ano, mapa de execução orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição. O parágrafo único define o conteúdo.</p> <p>QDD – quadros de detalhamento de despesa específicos para cada grau de jurisdição – artigo 2º</p> <p>PPA 2020-2023 – Programas temáticos iniciativas:</p> <p>- Implantação de política saúde e segurança no ambiente do trabalho (resolução 24 e 207/CNJ e CF arts 7º , 39 e 196, ODS objetivo nº 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos).</p> <p>- Reestruturação das condições de trabalho e ambiente (índice de segurança e condições de trabalho relativo à infraestrutura do planejamento estratégico 2015-2020).</p> <p>- Implantação de Políticas de Gestão de Pessoas e Acessibilidade (Resolução 230 e 240/CNJ, e artigo 37 da CF, e ODS objetivo nr 4 – educação de qualidade e Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, e objetivo 11 – redução de desigualdades).</p> <p>- Logística Sustentável (resolução 201/CNJ, artigo 170, VI e art 255, da CF/88, leis e acórdãos do TCU, ODS objetivo 3 – saúde e bem estar, objetivo 6 – água potável e saneamento, objetivo 7 – energia limpa e acessível, objetivo 11 – cidades e comunidades sustentáveis, objetivo 12 – consumo e produção responsáveis, objetivo 15 – vida terrestre e objetivo 16 – paz, justiça e instituições eficazes).</p>
<p>Resolução 198/CNJ e Portaria 15/2015/TJMRS</p>	<p>13ago2019 – Reunião videoconferência segmento militar – revisão da estratégia</p> <p>14ago2019 – Reunião videoconferência CNJ e segmento militar – revisão da estratégia</p> <p>20ago2019 – Reunião de Análise do Planejamento Estratégico JMERS</p>
<p>Resolução 201/CNJ unidades e núcleos Socioambientais e Plano de Logística Sustentável - alteração Resolução nº 249/CNJ/2018 (alterou o Anexo I) e portaria nr 152 comissão gestora do PLS e portaria 151/2018/TJMRS unidade socioambiental</p>	<p>10jul2019 – Reunião de Analise Estratégica – PLS magistrados</p> <p>19ago2019 – Reunião da Analise Estratégica – PLS</p> <p>Artigo 10 – O PLS-PJ é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário(..)</p> <p>Artigo 14 – O PLS-PJ deverá conter, no mínimo inciso I – relatório consolidado do inventário de bens e materiais, II praticas de sustentabilidade; III responsabilidade, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados e IV ações de divulgação, sensibilização e capacitação.</p> <p>Artigo 17 – as contratações efetuadas pelo órgão(..)</p> <p>Artigo 18 – formalização tópicos do PLS-PJ</p> <p>Artigo 21 – O PLS-PJ deverá ser elaborado e publicação no sítio do TJMRS</p> <p>Artigo 22 – prevê a publicação de resultados semestrais, que poderão ser</p>

	apresentados em forma de relatórios, publicados no sítio do TJMRS. Artigo 23 – ao final de cada ano deverá ser elaborado(..) contendo – consolidação de resultados, evolução do desempenho, identificação das ações e devem ser publicados no sítio
<p>Resolução 207/CNJ/2015 – institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário – possui um anexo de indicadores e informações.</p> <p>Portaria atual nº 054/2020 – comitê gestor local de atenção Integral à saúde dos magistrados e servidores portaria 62/2018/TJMRS revogada</p>	<p>30abril2019 – Palestra sobre doenças do Intestino Grosso, ministrada pelo Dr. Luís Carlos Adamatti</p> <p>21ago2019 – palestra pressão alta, diabetes – Dr Martins</p> <p>29 ago2019 - aferição de pressão alta e HGT – para análise de curva de stress e doenças em magistrados e servidores</p> <p>22out2019 – palestra câncer de mama médica Cristina Helena Luz Grecco</p>
<p>Resolução 211/CNJ/2015 – institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)</p> <p>Portaria atual nr 044/2020 – presidente desembargador militar Brum</p> <p>Resolução 233/2019/TJMRS – plano de segurança e assistência dos magistrados em situação de risco da JMERS</p> <p>Resolução 231/TJMRS/2019 – institui a Política de Segurança da Informação no âmbito da Justiça Militar Estadual</p> <p>Resolução nº 49 de 2007 TJMRS plano de segurança das</p>	<p>20/02/2019 - Cronograma de melhorias do e-proc - Jurisprudência 11/03/2019</p> <p>Prevenção 18/03/2019</p> <p>Certidão/rol culpados 04/04/2019</p> <p>Relatórios estatísticos 15/04 relatórios de gestão 15/04/2019</p> <p>Intranet 27/03/2019 e Guias de custas (a ser definido)</p> <p>13ago2019 – reunião da Comissão de Segurança</p> <p>15ago2019 – reunião da Análise da Estratégia – segurança e governança</p> <p>15ago2019 – comitê Gestor de TIC – reunião</p> <p>OBS: indicadores PETIC e TIC/ PDTIC/planejamento de ações/ Res 182,88 e 211 Plano de contratação -Planejamento e execução termo de referência/ TIC projetos,</p> <p>19ago2019 – comissão permanente de segurança do TJMRS – palestra “ A segurança da informação e as Redes Sociais (Ata nº7/2019)relacionado ao Objetivo estratégico de TIC – desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores</p> <p>Diagnostico da Auditoria de TIC 2018 – recomendações- atingimos 54,11%</p> <ul style="list-style-type: none"> - criar diretrizes formais da alta administração que direcionem a gestão do portfólio de projetos de TI e do portfólio de serviços de TI; - criar diretrizes formais da alta administração que direcionam as avaliações de desempenho dos serviços de TI; - instituir política formal para gestão de riscos de TI; - Instituir Política formal para gestão de pessoas de TI; - instituir política formal para a avaliação e incentivo ao desempenho dos serviços de TI; - criar política formal para a escolha dos líderes de TI; Instituir diretrizes formais para a comunicação dos resultados da gestão e do uso de TI para as partes interessadas (público interno e externo); - criar diretrizes formais para a avaliação da governança e da gestão de TI; - instituir processo formalmente definido para formulação do Plano diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); - Criar PDTIC, acompanha-lo e revisa-lo periodicamente;

<p>instalações físicas da JME Em 2019 -portaria 146/2018/TJMRS comitê governança de TIC Comitê Gestor de TIC Comitê segurança da Informação</p> <p>Lei Federal nº 11.419/2006 informatização do processo judicial; Resolução 176/CNJ/2013 sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Comitê Gestor de TI deve apoiar o processo de formulação do PDTIC; - Criar planos, além do PETIC ou PDTIC, voltados a atender aos objetivos estratégicos institucionais vinculados à área de TI da organização; - Avaliar o desempenho do pessoal de TI; - instituir processos de gerenciamento; - instituir Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI vigente com revisão periódica; - criar catalogo de serviços de TI atualizado, com níveis de serviços entre a área de TI e as áreas clientes; - instituir processo de gestão de riscos de TI; - instituir processo de gestão da segurança da informação; - instituir e definir autonomia da Equipe de Tratamento e Resposta a incidentes de Segurança em Redes Computacionais (ETIR); - instituir escritório de projetos de TI (PMO) ou unidade que realize atividades equivalentes; - instituir processo de gerenciamento do portfólio de projetos de TI; - instituir processo de gerenciamento de projetos de TI; - Medir grau de alcance dos objetivos e benefícios que justifiquem a abertura de projetos de TI; - estimar no inicio e acompanhar orçamento dos projetos de TI durante sua execução; <p>Elaborar o Plano de Trabalho previsto no art. 29 da Resolução 211/201/CNJ;</p> <ul style="list-style-type: none"> - instituir exames de auditoria para aferir o estágio da governança de TI; - instituir exames de auditoria para aferir o estágio de gestão de TI; - realizar avaliação e acompanhamento da implementação do Plano de Trabalho previsto no art. 29 da Resolução do CNJ nº 211/2015
<p>Comissão Permanente de Segurança do TJMRS portaria 154/2018/TJMRS</p>	<p>19/07/2019 – 14 horas - Palestra “A Segurança da informação nas redes sociais (ata 07/2019) - Objetivos estratégico de TIC “desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores e Aprimorar a segurança da informação 12/08/2019 – 14 horas “Palestra Segurança Magistrados” 13/08/2019 – Reunião Comitê Segurança 19/08/2019 – Palestra Segurança Dados Sociais</p>
<p>Resolução 215 de 16 de dezembro de 2015 – dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Alterada pela Resolução nº 260/CNJ/2018, que no anexo I refaz a planilha de detalhamento da folha de pagamento de pessoal e alteração do anexo I, e o Anexo II – tabela de avaliação e pontuação das informações veiculadas no site e Resolução 265/CNJ/2018 que alterou os</p>	<p>12fev2019 – Reunião 14 horas Presidência sobre a Resolução 215/CNJ Transparência 20mar2019 – reunião transparência grivot/diones/diego/dilnei/kelbel 25mar2019- reunião transparência layout 27mar2019 – reunião transparência reunião TIC layout 11abr2019 – reunião TIC Layout 17abr2019 – reunião transparência 22abr2019 – reunião transparência 9maio2019 – reunião transparência TIC 13maio2019 – Eduardo da TIC minuta transparência 03/06/2019 – reunião Dionês e Eduardo TIC transparência Propostas: colocar acesso para cadeirantes e mobilidade reduzida pela rua Edmundo Bitencourt 10Jul2019 – reunião transparência 12jul2019 – reunião transparência 16ago2019 reunião transparência Art 6º - Os sítios do Poder Judiciário deverão conter(...) Art. 10 – (..) deve regulamentar em sua estrutura administrativa a unidade responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)(..) Art 11 –(..) ofereça atendimento ao público disponibilizar(..) Possui os capítulos referente a: Transparência ativa, Transparência passiva, Do procedimento de acesso a informação, dos recursos, das responsabilidades, da publicidade das sessões de julgamento, das diretrizes para classificação, desclassificação e reavaliação da informação, do acompanhamento da execução da lei de acesso à informação.</p>

<p>dispositivos do anexo II.</p> <p>Portaria nº 95, de 25jun2019 – estabelece os itens avaliados no ranking da transparência. Em seu anexo único.</p> <p>Portaria nº 007/2019, até fevereiro de 2020 coordenador do Ranking da transparência</p> <p>Documentos afetos:</p> <p>Resolução nº 65/2009 – instituiu a Ouvidoria da JMERS</p> <p>Resolução nº 102/CNJ/2019 – dispõe sobre a regulamentação da publicação de informação alusivas à gestão orçamentária e financeira</p>	<p>Art 42 – caberá a cada Tribunal encaminhar ao CNJ os atos normativos eventualmente editados com vistas a regulamentar a LAI (..)</p> <p>Ofício-circular do CNJ nº 124/SEP/2018, de 31 out 2018 ao presidente do TJMRS, solicitação de informações para elaboração do ranking da transparência nos termos da resolução 215/CNJ/2015.</p>
<p>Resolução 219/CNJ/2016 portaria 57/2019/TJMRS</p>	<p>TLP – 30 de março e 30 de setembro</p> <p>13ago2019 – reunião Resolução 219</p>
<p>Resolução 221/ CNJ e Portaria 114/CNJ</p>	<p>13mar2019 – visita faculdade Estácio de Sá</p> <p>20mar2019 – visita 33 alunos da ESFECS – Tenente Moura</p> <p>17abr2019 – visita alunos UNISC</p> <p>17Maio2019 – visita alunos UNISC</p> <p>4junho2019 – 50 alunos do IPA – visita</p> <p>7junho2019 – 29 alunos do CRBM Osório instrutor- 3º BRBM – Cap Rogério Silva dos Santos</p> <p>12junho2019 – alunos da ESFECS</p> <p>19junho2019 – 28 alunos da Brigada Militar de Bento Gonçalves capitã Maldaner</p> <p>26junho2019 – 31 alunos Corpo de Bombeiros município Santa Cruz Cap Lucilda</p> <p>03jul2019 – alunos Corpo de Bombeiros – Capitão Gustavo e alunos da Brigada Militar Osorio – Cap Rogério Silva dos Santos</p> <p>10jul2019 – 32 alunos corpo de bombeiros CBFBM Cap Sandro Borges Selau</p> <p>16jul2019 – Guaíba – aplicação questionário- Marlon, Ricardo e Tiago</p> <p>17jul2019 – Porto Alegre – AMRIGS – aplicação questionário – Marlon e Ricardo</p> <p>18jul2019 – Pelotas – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago</p>

	<p>19jul2019 – Rio Grande – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago</p> <p>22jul2019 – Osório – aplicação questionário – Marlon e Ricardo</p> <p>23jul2019 – Montenegro – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago</p> <p>24jul2019 – Novo Hamburgo/Igrejinha – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago</p> <p>25jul2019 – Lajeado/Rio Pardo – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago</p> <p>26jul2019 – Santa Maria – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago –</p> <p>08ago2019 – videoconferências segmento militar - outros tribunais</p> <p>13ago2019 – Reunião presidente e TIC relatórios videoconferência e magistrados e servidores da JMERS</p> <p>15ago2019 – Consulta Pública no TJMRS</p> <p>9set2019 – visita 40 alunos curso de direito da UNISC Sobradinho</p> <p>09Out2019 – curso de direito da UNISC campos sobradinho professor doutor Vinicius Laner.</p> <p>06Nov2019 – Visita 40 alunos Curso de Direito – UNISC Santa Cruz</p>
<p>Resolução 230/CNJ/2016 Portaria nº 120/2016</p>	<p>9ago2019 – reunião Comissão acessibilidade e inclusão</p> <p>05set2019 – reunião acessibilidade e inclusão</p> <p>26set2019 – Reunião as 13 horas com o TJ</p> <p>Trabalho realizado pelo Departamento de Pessoas do Palácio da Justiça – DIGEP na área de gestão de pessoas – acessibilidade e inclusão</p>
<p>Resolução 240/CNJ portaria nr 57/2018/TJMRS – Gestão de Pessoas Portaria 57/2018/TJMRS – institui Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas E Portaria nº 023/2018 designa a comissão permanente de Eficiência Operacional da JMERS</p>	<p>05Out2018 – foi respondido ao CNJ dados sobre Processos Seletivos Internos, movimentação Interna e valorização de servidores, relativo a Resolução nº 95 de 29/10/2009 – dispõe sobre a transição dos cargos de direção dos tribunais com o objetivo de fornecer aos dirigentes subsídios para a elaboração e implementação do programa de gestão e seus mandatos.</p> <p>21maio2019 – Palestra Dra Major QOES Denise Riansan Gomes – psiquiatra Palestra “Gestão de Pessoas”</p> <p>16ago2019 – Reunião</p> <p>27ago2019 – Reunião da Análise da Estratégia – Comitê Gestão de Pessoas</p> <p>Ordem de serviço nº 003/DG/2017 – 27 de novembro de 2017 – dispõe sobre a Planilha de Registro de Frequência, de que trata o art 11 da Resolução nº 181/2017/TJMRS.</p> <p>20dez2018 - Despacho nº 296/2018/Gab-Pres – TJMRS – SEI nº 18.0.000001413-0 – informação sobre a Resolução nº 218/CNJ/2018 que institui regras sobre a gerência de dados pessoais de candidatos a cargos públicos, mediante concurso público, do Poder Judiciário.</p> <p>Resoluções 205 - Aprova a criação e o regulamento da Medalha de Tempo de Serviço da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. 206 -Dispõe sobre a avaliação do estágio probatório nos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, 207 - Dispõe sobre a avaliação especial, durante o estágio probatório, dos servidores portadores de deficiência nos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado e 212 - Regulamenta a participação dos magistrados da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul em cursos de aperfeiçoamento profissional. Todas do TMJRS</p>
<p>Governança colaborativa Portaria 59/CNJ/2019; Portaria nº</p>	<p>16ago2019 – videoconferência com o CNJ e segmento militar – governança colaborativa</p> <p>Portaria nr 138/CNJ/2013 – artigo 2º, inciso VII – representante do TJMRS no Comitê Gestor Nacional</p>

132/CNJ/2014 e Portaria nº 138/CNJ/2013	
Participação feminina	20ago2019 – Palestra participação feminina
Prêmio CNJ de Qualidade 2019 – Portaria CNJ nº 88 de 28 de maio de 2019	Ofício nº 1968/2019/Gab-Pres de 02dez2019 ao Presidente da comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento-impugnação de resultado.
Corregedoria-Geral Atendimento ao cidadão- ouvidoria – corregedoria geral	PJE-Cor – 2017 Doc CNJ Resolução 213/CNJ/2015 Resolução 268/CNJ/2018 Resolução 271/CNJ/2018 Provimento 075/CNJ/2018 Metas da corregedoria nacional -anual Anual tem um questionário sobre o cumprimento das metas da corregedoria nacional de justiça
Boas Práticas CNJ Portaria CNJ nr 48/2020 Portaria 193/CNJ/2019 Portaria 140/CNJ/2019 E Portaria 45/CNJ/2019 e selo desburocratização	Eixo temático “ Gestão Processual” inserido no Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário
Prêmio Conciliar Legal CNJ	Ofício circular nr 07-2018 TJMRS do CNJ
Auditoria Ação Coordenada NCI	Participação nas auditorias do sistema do CNJ
Produtividade	Recursos extraordinários e Especiais – E-Proc E-Proc localizador 008 e 009 migrou do PJE para e-proc 007 – Ato normativo 002/2018 e Resolução 150 originários – e-mail TIC treinamento E-proc TIC
Projeto fundo TJMRS	Contador sucumbência (fundo) cível

6. VIAGENS

Mês	Descrição
Fevereiro	14fev2019 – Viagem a Brasília CNJ – ida e retorno mesma data contato com o CNJ – reunião pré-agendada.- Dionês Ricardo - 25fev2019 a 01março2019 – Auditoria Militar Santa Maria – digitalização de processos e feitos
Março	Ricardo - 25fev2019 a 01março2019, 11 a 15março2019, 18 A 22março2019 - – Auditoria Militar Santa Maria – digitalização de processos e feitos
Maio	Dionês – Brasília –28, 29 e 30maio2019 – I reunião Preparatória CNJ Poder Judiciário Nacional
Junho	Marlon – Brasília – 26,27 e 28 junho2019- Socioambiental CNJ 3º encontro
Julho	16jul2019 – Guaíba – aplicação questionário- Marlon, Ricardo e Tiago 18jul2019 – Pelotas – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago 19jul2019 – Rio Grande – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago 22jul2019 – Osório – aplicação questionário – Marlon e Ricardo 23jul2019 – Montenegro – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago 24jul2019 – Novo Hamburgo/Igrejinha – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago

	25jul2019 – Lajeado/Rio Pardo – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago 26jul2019 – Santa Maria – aplicação questionário – Marlon, Ricardo e Tiago – 31jul2019 – Brasília – III Workshop Estatística - Dionês
Agosto	01 e 02 ago2019 - Brasília – III Workshop Estatística – Dionês 28ago2019 – Brasília – 2º Reunião Preparatória Encontro Nacional do Poder Judiciário
Setembro	19 e 20set2019 – Brasília – Encontro Acessibilidade e Inclusão

7. PLS Resolução 201/CNJ - participações

Mês	Descrição
Janeiro	
Fevereiro	28fev2019 – envio do Relatório PLS ao CNJ cfe art 23 Resolução 201/CNJ/2015
Abril	05abr2019 – GISA TRT4 Dia mundial do meio ambiente (Guilherme)
Junho	4junho2019 – GISA reunião extraordinária 13junho2019 – Evento GISA das 09 horas as 17 horas – Marlon compareceu
Julho	02julho2019 – reunião GISA prefeitura – COSMAM – Marlon Compareceu

Calendário de reuniões ordinárias GISA 2019

Data	local
15/03/2019	TJRS
12/04/2019	TCERS – compareceu Marlon
10/05/2019	OABRS – compareceu Marlon
13/06/2019	Evento GISA - compareceu Marlon
12/07/2019	DNIT – compareceu Marlon 19/07 a 09/08/2019 Campanha doação de sangue e medula - GISA
09/08/2019	TRT – 4º Região – compareceu Guilherme
13/09/2019	MPRS – compareceu Marlon
11/10/2019	Não foi ninguém do TJMRS
21/11/2019	

8. OUTROS DADOS

Férias

Marlon (2017)	13 dias - 07jan2019 – restantes foi interrompido as férias por motivo de trabalho	20/01/2019
(2018)	15 dias - 30set2019 15 dias – ano de 2020	14/10/2019
Dionês (2018)	12 dias - 21jan2019 18 dias - 15abr2019	02fev2019 04maio2019

Ricardo (2017)	15 dias - 21jan2019 restantes	05fev2019
(2018)	15 dias - 09set2019 15 dias - 03fev2020	24set2019 17fev2020
Tiago	15 dias - 06fev2019 15 dias - 17jan2019	21mar2019 02jul2019

Serviços executados pelos integrantes do NGE

Nome	sobreaviso	Outros
Dionês	11jan2019/ 6fev2019/ 25fev2019/ 04mar2019/ 9 e 10mar2019/ 28mar2019/ 1º maio2019/ 24maio2019/ 27maio2019 /26jun2019/ 18jul2019/ 20 e 21jul2019/ 24jul2019/19ago2019/ 18set2019	12mar2019 – estafeta TJMRS 23set2019 – atestado médico
Ricardo	14jan2019/ 29mar2019/ 06 e 07abr2019/ 22abr2019/ 21maio2019/ 18jun2019/ 06set2019/ 28 e 29set2019/ 16out2019/ 12Nov2019	Dispensado pelo Presidente dia 06fev2019 25mar2019 – serviço de portaria Atestado médico 28,29 e 30set2019
Marlon	05fev2019/ 9 e 10fev2019, 02 e 03mar2019/ 26abr2019/ 29abr2019/ 25jun2019/ 23jul2019/17set2019/ 1nov2019/ 9 e 10Nov2019/ 29Nov2019	Serviço de motorista 12 horas dia 06fev20 19 07 e 08fev2019 – responsável pela segurança 29mar2019 – serviço de portaria
Tiago		Atestado médico dia 06set2019 Atestado médico dia 13set2019
Dionês, Ricardo e Marlon	Foram gestores de Verbas no ano de 2019	

Patrimônio/ Material

Conserto notebook e entrega tablet	11mar2019
SEI 245-41/2019 material	

Participamos da digitalização de processos antigos de 1/2019 a 12/2019 sendo:

Auditoria Militar	Nº de processos antigos digitalizados	observação

1ª Auditoria	175	
2ª Auditoria	269	
Auditoria SM	196	
Auditoria PF	52	
Portaria Ricardo e Tiago março 2019 Março 2019 a 05julho de 2019 – arquivo adm etiquetas e digitalização	09jan2019 digitalização Ricardo passou a disposição da 2º Auditoria até a data de 18jan2019 e o Tiago 15jan2019 para a 1º Auditoria	Ricardo Aud SM de 25fev2019 a 01março2019 11 a 15março2019 18 A 22março2019
Permanece no arquivo judiciário – arquivo permanente 34286 feitos e processos – tem de ficar 20 se culpados, eliminados 12263 – 2 volumes em média com 200 folhas cada		

Recursos Tribunais superiores encaminhados

Ano	Recurso especial	Recurso extraordinário
2019	9	0
2018	14	6
2017	22	10
2016	20	14
2015	38	25

O NGE é responsável pelas **Metas Nacionais e Específicas** da JME/RS, portanto, coleta e organiza os dados, encaminha-os ao CNJ mensalmente (as metas nacionais até o 20º dia útil do mês) ou ao TJMSP quadrimestralmente (metas específicas do segmento da Justiça Militar Estadual), além de elaborar gráficos para acompanhamento e relatório anual de cumprimento.

O Módulo de **Produtividade Mensal** pelo Provimento N.º 49 da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, de 18 de agosto de 2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, que passou a integrar o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), na forma estabelecida pela Resolução CNJ nº 76, de 12 de maio de 2009. Os dados são definidos no glossário do segmento militar da **Justiça em Números** (Anexo I e II da

Resolução CNJ nº 76, de acordo com as classes e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), instituídas pela Resolução Nº 46/2007, alteração ocorrida em janeiro de 2016, incluiu a produtividade dos magistrados e serventias (gabinetes 2º grau e Auditorias 1º grau). Foi integrado ao Sistema de Estatística do Poder judiciário (SIESPJ) por meio de decisão publicada no DJe/CNJ em 06/11/2015 e conforme Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça, edição nº 47/2018, de 21 de março de 2018,

Em 2015, foram instruídos os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário** do Anexo I da Resolução CNJ nº 201 de 03 de março de 2015, tendo seu Anexo I alterado pela Resolução nº 249/CNJ, de 31 de agosto de 2018. A Comissão do PLS, elaborou o Plano de Logística Sustentável da JMERS para 2016-2020.

Gestão Ambiental possui as seguintes, **Boletins, Resoluções e Portaria do TJMRS**: Boletim nº 111/2009 – Ato do TJM dispõe sobre o logo da Gestão Ambiental da JMERS, Boletim nº 110/2009 – Ato do TJM – Recomenda a utilização de papel reciclado nos impressos de natureza administrativa ou judicial no âmbito do TJMRS, Boletim nº 109/2009 – Ato do TJM – recomenda a implementação de ações na área da gestão ambiental da JMERS, Resolução nr 63 /2009/TJMRS, dispõe sobre o “programa de Gestão Ambiental” da JMERS, Resolução nr 106 /2012/TJMRS, da nova redação aos art 2º e 3º da Resolução nr 63/2009, que dispõe sobre o Programa de Gestão Ambiental da JMERS, Portaria nr 26, de 12 de fevereiro de 2016, transforma a Comissão Permanente de Gestão Ambiental (JMECO) da JMERS constituída pelo artigo 1º da Portaria nr 73/2009/TJMRS transforma a “JMECO – Unidade socioambiental nos termos da Resolução nr 201/2015 do CNJ.

O sistema **SPE (Sistema de Planejamento Estratégico da JMRES)** foi desenvolvido pelo próprio NGE em Excel e funciona por meio de arquivos interligados e dados que alimentam as sinaleiras do mapa BSC do Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020. Além de possibilitar a todos o acompanhamento da execução da estratégia, é pelo sistema que os responsáveis pelos indicadores encaminham os dados previstos anualmente, os quais podemos fazer a avaliação e comparação das metas e indicadores previstos, que vai ser discutido em reunião específica denominada Reunião de Análise Estratégica - RAE.

Justiça em Números – principal fonte das estatísticas do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga os dados com muito detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além de indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios específicos detalhados de cumprimento das Metas Nacionais serão encaminhados para Presidência, bem como o relatório do PLS.

Ressaltamos ainda os seguintes itens:

- Necessidade da revisão da Resolução N.º 143/2014: “O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR, de acordo com o que consta na Resolução n. 76, de 12/5/2009, do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução N. 139, de 21/7/2014, do TJMRS, dispõe sobre os dados estatísticos da JMERS, que serão anualmente compilados pelo CNJ no relatório do Justiça em Números”;

- Revogar a Resolução N.º 133, de 2 de abril de 2014: “Regula a aplicação da Meta Específica de 2014 – segmento Justiça Militar –, referente ao prazo de julgamento de processos originários e recursos cíveis, criminais e de natureza especial, nos Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado”;

- Definição dos Planos de Ação vinculados ao Planejamento Estratégico, de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, Comunicação e Logística, Formação e aperfeiçoamento de servidores art. 19 (indicadores, metas e ações) da Resolução N.º 192/CNJ/2014, bem como o plano da Resolução 240/CNJ – Gestão de Pessoas;

- Acompanhar a extração automática – Replicação Nacional de todos os dados necessários em consonância com as Tabelas Unificadas do CNJ, e os relatórios poderão gerar as planilhas de produtividade, metas nacionais e produtividade.

- Importante incentivar a cultura de registro de dados no âmbito da JMERS, que já melhorou consideravelmente com as instruções presenciais na Coordenadoria Judiciária e Auditorias.

- Importante um servidor com formação em estatística no NGE.

- Criar uma rede de consonância com a TIC e o NGE, visto que o CNJ, pois a extração dos dados deve no máximo possível serem extraídos automaticamente, para isso priorizar o atendimento das demandas dos sistemas do CNJ é importante, os quais a maioria e responsabilidade do NGE, como exemplificado no Anexo I, salientando que

hoje todos os dados informados ao CNJ são feitos análises de inconsistências através de programas específicos, devendo obrigatoriamente serem o mais fidedignos possíveis;

Relativo ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, precisamos ter acesso as atas das reuniões principais nos temas:

- Comitê de Governança;
- Comitê Gestor;
- Comitê de Segurança da Informação;
- Acompanhamento do Plano de Trabalho da Res. 211.
- E todas as comissões que não são permanentes da JMERS, a qual cabe ao NGE o acompanhamento estatístico e de registro de presença e atas.

- O Planejamento Estratégico da JMERS 2015 e 2020, deve se adequar a Gestão de riscos, conforme orientação do CNJ, curso que foi solicitado para 2017 para os integrantes do NGE, e não foi disponibilizado;

- Revisão do Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020, e os Planos correlatos como o de TIC, através das Reuniões de Análise Estratégica, bem como criação de agenda de reuniões da presidência para cumprir determinações do CNJ;

- Possibilidade de extrair relatórios para solicitações dos sistemas do CNJ, principalmente em função do aumento de competência (Lei Federal nº 13.491 de 13 de outubro de 2017, que altera o decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar), pois alguns glossários de metas do poder judiciário, já foram alteradas para informar sobre os novos processos (casos novos);

- Para cumprimento das metas o termo de cooperação com o TJRS de utilização de equipamento de videoconferências da justiça, vai ser importante para superar a demanda de cartas precatórias, que dificultam o cumprimento da meta 2 e 4 das metas do poder judiciário.

- Rever o PJE- Corregedoria que se encontra suspenso pelo CNJ;

- Verificar a funcionalidade do E-PROC para a JMERS, se vai agilizar as coletas de dados para alimentar os sistemas do CNJ;

- Regular dentro do âmbito da JMERS a Resolução nº 240/2016/CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Art. 4º São diretrizes para o planejamento das ações relacionadas à gestão de pessoas: I – instituir e executar plano estratégico de gestão de pessoas, alinhado ao planejamento estratégico nacional do Poder Judiciário e institucional do órgão, bem como às diretrizes

desta Política, com objetivos, indicadores, metas e planos de ação específicos; II – garantir que os responsáveis pela área de gestão de pessoas participem efetivamente do planejamento, da execução e do aprimoramento da estratégia do órgão;

- Verificar se nos enquadrados na Resolução nº 223/2016/CNJ – que institui o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal e dá outras providências;

- Controle mais rígido no cumprimento das Metas Nacionais e Específicas do Segmento Justiça Militar Estadual, devido as novos critérios de avaliação do Prêmio de Qualidade do CNJ, onde ocorre a premiação do cumprimento das Metas.

- Interagir com todas as Comissões existentes no TJMRS não permanentes para registro das reuniões, visto o CNJ definir o acompanhamento das Comissões não permanentes ao NGE.

Recomendação	Motivação/Justificativa
Cancelar envio de dados no processo SEI de conferência e validação dos dados do SEGA, a serem transmitidos ao CNJ, a partir de dados afetos as Auditorias, conforme Ofício circular nº 856/2018/Gab-Pres	Revogar a Resolução nº 201/TJMRS/2018 que dispõe acerca da extração analítica dos dados para o Selo Justiça em números anual. Fazer uma nova Resolução atual relativo a extração analítica e a replicação nacional
Existe na Intranet alguns dados que tratava do SELO/ Produtividade/ Metas do Poder Judiciário/ Metas do Segmento Justiça Militar/ Justiça em Números e PLS	Recomendo fazer link para o site, pois a transparência solicita os mesmos dados sem necessidade de duas publicações sobre o mesmo assunto
Resoluções e Portarias TJMRS	Adequar as especificações dos atos normativos do CNJ
Fundo exemplo TJMSP – lei orgânica TCE Custas processuais	AJG
Publicar Atas transparência e Manual de boas práticas rever	Transparência Necessidade de revisar quadrimestralmente
QDD – Resolução 195 Janeiro e setembro	Coordenadoria Administrativa
Tabela de lotação Resolução 219 Março e setembro	Coordenadoria administrativa
Planejamento Estratégico JMERS 2015-2020	revisão

desburocratização	selo
videoconferência	Necessidade urgente
Questionário SPE	Rever para nova revisão do planejamento

Respeitosamente,

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2019

Dionês Gabana de Souza

Servidora Responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica

até 08 de outubro 2019

Anexo I – Dados da produtividade de 2019

Anexo II – Relatório das Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas do segmento da Justiça Militar Estadual